



Encontro de escolas de magistrados inicia debates sobre formação do juiz brasileiro

Enfam



Teve início na última segunda-feira, dia 14, o I Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Formação de Magistrados com o objetivo de tratar das competências profissionais do juiz do século XXI. O encontro é inédito e dele sairão diretrizes unificadas para todas as escolas de magistrados do país. Até esta quarta-feira, dia 16, o perfil do juiz brasileiro será traçado na sede da Enfam, em Brasília.

O diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha, ressaltou que, nos dois últimos anos, enquanto esteve à frente da Escola, preocupou-se em dar um novo perfil à instituição, voltando-a para a formação ética dos magistrados. Confira a íntegra desta matéria no Portal do Tribunal em "Notícias".

Via Legal desta semana exibe reportagem sobre programas de demissão voluntária

O programa Via Legal desta semana traz reportagem produzida pela equipe do TRF da 1ª Região sobre a incidência de impostos em pagamentos feitos a trabalhadores que aderem a programas de demissão voluntária. Quem deixa um emprego nessas condições tem direito a uma série de vantagens como, por exemplo, o recebimento de salários extras.

De acordo com a legislação atual, esses valores estão livres do Imposto de Renda, mas nem sempre foi assim. Ainda hoje, existem processos, nos tribunais, de pessoas que sentiram a mordida do Leão e querem receber o dinheiro de volta.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Justiça, Brasil, além de em outras 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista à programação também pela internet no www.youtube.com/programaviaregional e www.youtube.com/cj: TV Justiça: 16 de dezembro, às 21h30; 18 de dezembro, às 11h30 e 20 de dezembro, às 22h30; TV Cultura: 20 de dezembro, às 6h30 e TV Brasil: 20 de dezembro, às 6h.

Comitê Gestor da Conciliação da Justiça Federal traça diretrizes de atuação

O Comitê Gestor da Conciliação da Justiça Federal, vinculado à Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), se reuniu na última quinta-feira, dia 10, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, para traçar diretrizes de atuação com órgãos parceiros, principalmente, com relação ao cumprimento do novo Código de Processo Civil – que entrará em vigor em março de 2016 e à Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, conhecida como Lei da Mediação – que começam a valer ainda em 2015. O evento contou com a participação da coordenadora do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (Sistcon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso.

Presente à reunião, o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Og Fernandes, disse que a conciliação é um método muito importante e eficaz para solução dos conflitos. “Foi ‘extremamente proveitoso’ o encontro do Comitê Gestor da Conciliação da Justiça Federal. Os temas debatidos hoje serviram de estímulo para formulação de diretrizes a serem implementadas futuramente pela Justiça Federal e pelos órgãos parceiros”, revelou.

Entre os convidados para a reunião estavam, ainda, magistrados, advogados da União, procuradores do INSS e procuradores federais. As discussões foram conduzidas pela conselheira do CNJ e desembargadora federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) Daldice Maria Santana de Almeida, que coordena o Comitê, criado, em novembro deste ano, como uma das ações do programa relativo ao Movimento pela Conciliação do CNJ.

Com informações do CJF

Divulgado resultado final do Concurso Nacional de Remoção 2015

O Conselho da Justiça Federal (CJF) divulgou o resultado final do Concurso Nacional de Remoção de 2015. No total, 119 servidores de todo o Brasil conseguiram uma nova lotação, mais adequada às suas necessidades atuais, e sem prejuízo do serviço público.

Também já está disponível a lista do resultado final organizada por meio de cadeias de triangulações para que os candidatos possam entender como se iniciou cada uma dessas cadeias de remoção e quais os servidores estão diretamente envolvidos em cada permuta.

O resultado final está previsto para ser publicado no Diário Oficial da União do dia 16 de dezembro de 2015. A Secretaria de Gestão de Pessoas do CJF esclarece, ainda, que o período de trânsito terá início a partir de 7 de janeiro de 2016, após o término do recesso forense. [\[Leia mais\]](#)